

Integrar a universidade, o sonho ideal

JF 8.7.9. 19-1

Biblioteca Centro de Memoria - UNICAMP



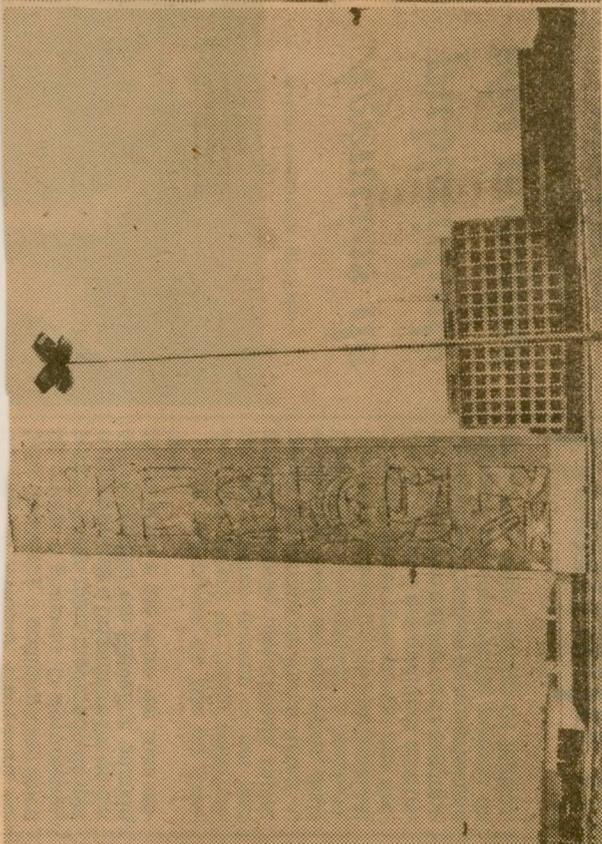
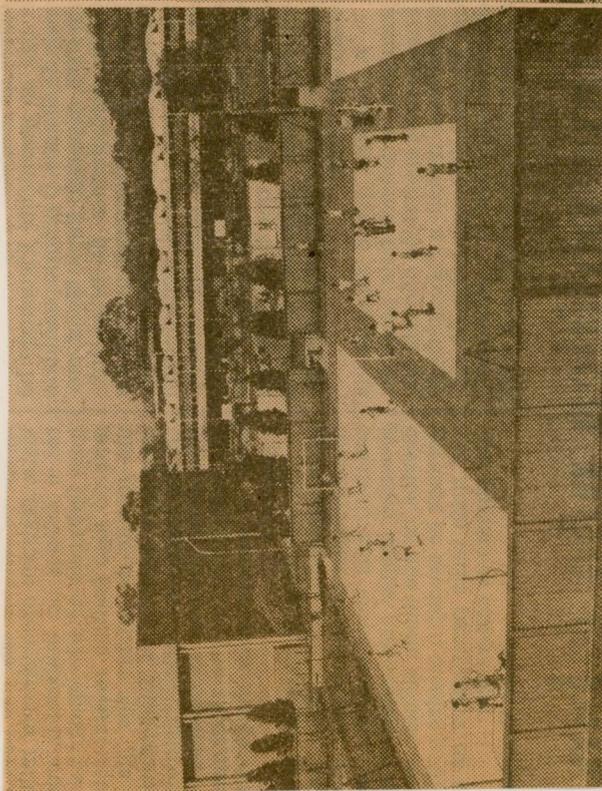
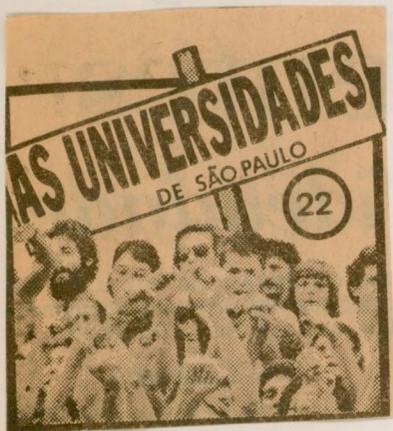
CMUHE033319

REALE, Miguel. Integrar a universidade, o sonho ideal. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 out., 1984.

O professor Miguel Reale, que dirigiu a Universidade de São Paulo por duas vezes — a primeira em 1949 e a segunda 20 anos depois —, recorda sua experiência como reitor e os esforços que fez para conseguir a integração das unidades de ensino, pesquisa e serviços à comu-

nidade. É um ideal teoricamente simples, mas que na prática enfrenta terríveis dificuldades, que ele define como “forças centrífugas”. Até a construção do campus, que une professores, alunos e funcionários nas universidades dos Estados Unidos e da Europa, de onde foi

copiado, contribuiu aqui para acabar com o convívio humano e dispersar os recursos. Miguel Reale fundou uma revista e incentivou todas as iniciativas que fossem capazes de, na cultura e no esporte, integrar as 60 mil pessoas que hoje freqüentam diariamente a Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. Ele salienta o papel que desempenham instituições como orquestras, corais, editoras e bibliotecas, lamentando que outras idéias — a construção de um centro de convivência, por exemplo — não tenham merecido interesse e recursos na USP. E adverte que “para não se comprometer o imperativo da integração, é essencial não confundir descentralização com dispersão. Pensar que a integração universitária só pode ser atingida graças à dispersão dos valores hierárquicos é transformar a universidade em um sindicato”.



Fotos Arnaldo Fraschi, Benedito Salgado e Fernando Pimentel

A quadra de esportes, a praça do Relógio e os alunos da Escola de Aplicação, da Faculdade de Educação: três exemplos de integração no campus da Cidade Universitária

Universidade, o sonho ideal. O Estado de
out, 1984.

Biblioteca Centro de Memoria - UNICAMP
CMUHE033320

REALE, Miguel. Integrar a universidade, o sonho ideal. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 out., 1984.

MIGUEL REALE

Qualquer plano de reforma das estruturas universitárias estaduais deve partir do pressuposto de que, no ordenamento jurídico brasileiro, cabe à União, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecer o "modelo geral", ao qual devem se adequar todos os estabelecimentos de ensino superior integrados em universidade. O primeiro desses pressupostos, de natureza imperativa, reporta-se à idéia de que nenhuma universidade pode reduzir-se a um monobloco de ordem cultural ou científica, sendo-lhe essencial a multiplicidade e a diversidade dos centros de ensino e pesquisa. Isto posto, esbarra num óbice legal intransponível toda tentativa que, a pretexto de descentralização, redunde na formação de entidades uniformes, destituídas da pluralidade que se espelha até mesmo na palavra "universidade", expressão, ao mesmo tempo, do uno e do múltiplo.

Se, no entanto, o princípio de integração é inerente à universidade, nada mais difícil do que alcançá-lo, tais as forças centrífugas com que se defronta, a começar pela dispersão material dos edifícios em campi extensos, sem sequer a vizinhança das paredes que, pouco a pouco, vai estabelecendo o convívio humano. Ao copiarmos a solução norte-americana, herdada da tradição britânica, não nos lembramos de que o campo universitário ianque se caracteriza, tanto como a sua matriz europeia, pela residência, lado a lado, de professores e alunos, transformando-se, não raramente, o lar do mestre em continuação natural de convivência entre ele e os estudantes com os quais tenha maior afinidade, em geral os seus colaboradores e prováveis sucessores.

Como superar esses obstáculos físicos, senão com muito engenho e arte, de modo a impedir-se a amorfia e a dispersão, que são a morte mesma do ideal universitário? Nas duas oportunidades, em que tive a honra de dirigir os destinos da USP, senti-me perto a premência desse problema. No longínquo ano de 1949, quando a nossa universidade mal acabara de adquirir uma estrutura autárquica (1944) e eram reduzidos os seus quadros docentes e discentes, cuidei de fundar a *Revista da Universidade de São Paulo*, que ficou apenas no seu primeiro fascículo, dada a minha renúncia abrupta ao cargo de reitor. Por outro lado, convenci-me de que uma das vias possíveis era a constituição de centros interdisciplinares e interunidades, como o Instituto de Estatística e o Instituto de Zimotecnologia, ou das ciências de fermentação, entidade esta destinada a desenvolver-se, em fecunda correlação com as empresas açucareiras da região de Piracicaba.

Ao voltar à Reitoria, vinte anos depois, encontrei não só sem solução, mas com intrincadas e densas resistências, a diretriz primordial da integração. Empenhado nos complexos e urgentes problemas da reforma universitária, que não podia deixar de ser implantada a curto prazo, bem como com a necessidade de transformar a ainda desolada paragem do Butantã, que os estudantes chamavam de "matão", em uma verdadeira "cidade universitária", dotada de

seus elementos essenciais, inclusive de caráter estético e artístico (como a torre universitária e o anfiteatro) não me foi dado afrontar, de maneira plena, o imperativo da integração.

Superada a idéia de uma revista comum, recorri a um Boletim de Informações que pelo menos desse a conhecer, mensalmente, o que vinha sendo feito nas diferentes unidades em matéria de ensino e investigação literária, sociológica ou científica; e, na medida do possível, procurei animar a formação de centros interdisciplinares. Visando ainda à integração, dediquei especial atenção à criação de uma praça de esportes, possibilitando, assim, competições atléticas, além das de remo, bola-ao-cesto, tênis, etc., no que tive o prazer de ver minha obra completada e aperfeiçoada sobretudo pelo meu sucessor, o prof. Orlando Marques de Paiva. É desnecessário salientar que o esporte é um dos fatores básicos da integração universitária americana, e uma das condições de seu êxito nas competições olímpicas.

Construído o anfiteatro, com a capacidade conveniente e possível, estava aberta a porta às atividades artísticas, às quais procurei atender com o amplo apoio dado ao Coral Universitário.

Infelizmente, se foi possível implantar uma rede de bibliotecas, com a supervisão da Editora da Universidade (Edusp) não houve interesse ou recursos para implantar-se o Centro de Convivência.

Não posso deixar de lembrar que o reitor Waldir Moniz Oliva teve a feliz idéia de transformar o ensino de "Problemas Brasileiros" (criado pelo Governo Revolucionário com o propósito inicial de ministrar aulas de Moral e Civismo...) em feliz modalidade de integração, desde o momento em que, sob a égide da Reitoria, passou a vigorar um plano de conferências ministradas por especialistas das diversas unidades, de maneira objetiva e científica, com tal sucesso que os estudantes são os primeiros a reclamá-las, planejadas que são sem objetivo ideológico, e de tal modo que a todos seja dado conhecer os grandes temas políticos, econômicos, sociais, científicos ou artísticos que interessam, indistintamente, à comunidade brasileira. Isto não obstante, por um equívoco preconceito, há quem não compreenda o papel interdisciplinar e integrativo do estudo dos grandes problemas nacionais.

Aliás, não faltam, à luz dos Estatutos da USP, outros organismos propícios a uma obra inteligente de integração no plano das atividades culturais ou de assistência médico-social, para as quais foram instituídas a Coordenadoria de Atividades Culturais (Codac) e a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (Coseas), domínios onde professores, estudantes e funcionários podem encontrar amplo e fecundo campo de relacionamento.

Cabe, outrossim, acrescentar que, ao lado da integração intrasistêmica (a que se desenvolve dentro dos quadros universitários) há uma outra, a transistêmica, que põe a universidade em correlação com a comunidade, segundo a conhecida trivalência: ensino, pesquisa e prestação de serviço à sociedade. O espectro da integração, sob este últi-

mo prisma, vai desde a relação universidade/empresa no plano da pesquisa pura e operacional - uma vez que os interesses materiais e econômicos não prevaleçam sobre os eminentes objetivos críticos - até movimentos artísticos e literários, capazes de situar a universidade no centro irradiante de valores que atendam tanto à subjetividade criadora como ao sistema de valores comunitários, erigindo-se em pólo, quer de democracia social, quer de desenvolvimento. A Editora da USP (Edusp) e a Orquestra Universitária são exemplos magníficos de integração transistêmica, merecedoras do mais amplo apoio.

Como se vê, são múltiplas e imprevisíveis as formas de integração, mas todas elas estão subordinadas a um problema nuclear, que é o da equilibrada distribuição de recursos financeiros entre os diferentes institutos, faculdades, museus, etc. Não vacilo em declarar que este é o *punctum pruriens* da estrutura e funcionamento da USP e demais universidades. Assim como, no Brasil, há Estados ricos e Estados pobres e paupérrimos, pode uma universidade padecer de incompreensíveis desigualdades. As razões desse fato são múltiplas, a começar pelo habitual predomínio, no seio das comissões técnicas, de personalidades fortes, que fazem carrear para seu estabelecimento mais ricas dotações orçamentárias, sem que os conselhos competentes, às vezes por premência de tempo, possam equacionar as questões com o devido espírito de equidade, com base na importância quantitativa e qualitativa tanto dos diversos cursos como das distintas áreas de ensino e pesquisa.

Meus atribulados e densos quatro anos de Reitorado não foram bastantes para colocar o problema da "distribuição das dotações orçamentárias", no seio da USP, sobre bases menos empíricas ou persona-



Foto Jorge Maruta
A orquestra sinfônica da USP

listas, muito embora interferisse a favor de estabelecimentos menos favorecidos, desprovidos de aguerridos defensores nas sedes de decisão. Estou convencido de que à USP não faltam, propriamente, recursos financeiros, mas sim uma equitativa distribuição e aplicação da receita disponível. Reduzida uma unidade a recursos orçamentários apenas bastantes para pagamento do pessoal e de seus serviços mais urgentes, como é possível pensar em atividades complementares, na constituição dos centros interdepartamentais e inte-

runidades que figuram nos Estatutos da USP, quase como letra morta?

É claro que um reitor, quando possua a devida visão de conjunto, poderá influir no sentido de equilibrar recursos e oportunidades, até mesmo no que se refere aos diversos campi da USP, mas a questão é de tamanha magnitude que deve ultrapassar os horizontes da capacidade ou do tino pessoal dos administradores, para se situar no plano institucional e objetivo do processo administrativo de discriminação das dotações orçamentárias, ponto de partida para uma autêntica integração de interesses e objetivos na diversificada gama do bem comum.

É essencial, outrossim, para não se comprometer o imperativo da integração, não confundir descentralização com dispersão, perdido o sentido de unidade que deve presidir a instituição universitária. Nada mais nocivo a esta do que a dispersão das sedes de poder, complicando-se e multiplicando-se, ao invés de simplificá-los, os problemas a serem resolvidos. Em lugar de uma estrutura mastodônica, como um imenso polípeiro de centros de interesse, melhor é afrontar a realidade e reconhecer quando é chegado o instante do desmembramento, com a criação de nova universidade, formada, por exemplo, de determinadas unidades periféricas da antiga, em composição com institutos isolados, em função de dada área geoeconômica e cultural bem caracterizada.

Nesse sentido, lembro-me que, quando reitor, ao serem integrados na USP mais dois estabelecimentos isolados de Ribeirão Preto, o Conselho Universitário fez constar da ata que tal recepção se dava a título provisório, como primeiro passo para a implantação de uma Universidade Regional, tendo como centro Ribeirão Preto. Pode ser a Universidade do Norte Paulista, ou, se quiserem, a USP2 — dado o prestígio universal desta sigla —, mas será sempre uma solução compatível com o modelo diversificado e integrativo de universidade brasileira. Transformar a USP em uma amorfa federação de "quase universidades" é algo que se situa à margem dos parâmetros da legislação federal, cujos modelos gerais não podem deixar de ser obedecidos.

Por outras palavras, a esta altura do desenvolvimento do ensino oficial paulista de 3º grau, não devemos contrapor-nos à força de uma imperiosa realidade, que é a de salvaguardar a USP no que ela possui de próprio e de natural, o que implica sejam desprendidas dela, progressivamente, como filhas emancipadas, outras unidades universitárias, a começar por aquela que, num círculo de mais ou menos 100 km ao redor de Ribeirão Preto, já está madura para repetir e desenvolver a façanha da Unicamp.

Só assim a Unesp desempenhará a missão que os fatos históricos, bem ou mal, lhe atribuíram, de ser um organismo necessariamente provisório — dada a dispersão de seus elementos formadores —, destinando-se

a constituir, pouco a pouco, mas sem obedecer a planos cerebrinos e apriorísticos, novos centros de integração, cuja validade dependerá de um critério superior de efetiva regionalização, segundo fatores geoeconômicos, operantes unitariamente, em função de diversificadas circunstâncias emergentes. Fora dessa solução polivalente e realística, arriscamo-nos a renovar a criação de entidades artificiais em conflito com problemas inamovíveis de infra-estrutura social.

Não desejo encerrar estas ponderações, necessariamente sucintas, sem observar que os delicados problemas de integração universitária — uma das expressões mais dinâmicas do poder e da burocracia no ensino superior — postulam uma autocrítica no que tange à reestruturação dos órgãos centrais de direção, de tal modo que os diversos degraus



Foto Jorge Maruta

Teatro: integração no palco

da carreira universitária venham a ter maior representação no Conselho Universitário e demais colégios dirigentes. Não penso, todavia, em representação paritária, e muito menos em representação de tipo sindical, cujo objetivo é transferir, subrepticiamente, para as categorias docentes a técnica de luta de classes. Se, hoje em dia, não tem cabimento o domínio absoluto dos professores titulares, com dupla representação para cada instituto ou faculdade, não devemos olvidar que uma universidade deve sempre ser vista como uma entidade a que é imanente o princípio de hierarquia, o qual não atende a privilégios pessoais, mas sim a prerrogativas conaturais à experiência e à competência cultural. Pensar que integração universitária só pode ser atingida graças à dispersão dos valores hierárquicos é transformar a universidade em um sindicato, o que só pode ser aspiração daqueles que olvidam a lição de Max Weber de que os postos de magistério não são próprios dos demagogos e dos profetas, o que se aplica, obviamente, aos cargos de direção.

O professor Miguel Reale é jurista e ex-reitor da Universidade de São Paulo



Foto Arnaldo Fiaschi

Os estúdios da rádio FM



Foto Waldemar Padovani

Restaurante, na Unicamp